Autoritarismo

Apesar de todos os esforços da inteligência nacional, a verdade é que o Brasil, como sociedade subdesenvolvida, ainda está longe de se libertar do ranço autoritário que permeia as relações sócio-políticas, principalmente quando os interesses da casta militarista são atingidos. Recentemente, 150 oficiais-generais reuniram-se para discutir os salários das Forças Armadas e, depois da reunião, detonaram uma "bomba" nos meios políticos, divulgando uma nota oficial, na qual teceram críticas ao comportamento do Congresso, que rejeitou a Medida Provisória 296, enviada pelo Governo Collor com índices de reajustes diferenciados para os funcionários civis e militares.

Queremos acreditar na construção de uma nação com democracia plena, onde haja independência de poderes, um completando a ação do outro no caso do Executivo e Legislativo e, sempre que necessário, em situações de divergência incontornável, sob a guarda do Judiciário. Tal sistema de relações sócio-políticas já vigora há algum tempo em democracias avançadas. Mas nas sociedades subdesenvolvidas parece difícil de se consolidar. Os grupos de poder, não bastassem os privilégios próprios de quem exerce ou está próximo do poder, não resistem à tentação de mostrar a sua força, mesmo quando ilegítima.

O Brasil viveu, em passado recentíssimo, um período de exceção, com a quebra da legitimidade institucional e a prevalência de um grupo sobre todo o resto. O poder militar, que arrebatou o poder político em 1964, deixou-nos um legado de medo, de ansiosa expectativa do pior sempre que a economia anda mal e gera os vendavais de insatisfação e de crise aguda. É como se os militares tivessem voltado aos quartéis, mas deles pudessem sair ao menor sinal de conflito, exercendo novamente o mando e sufocando as liberdades democráticas.

Trata-se de um trauma dos países carentes de democracia sólida, vítimas, de tempos em tempos, dos surtos de autoritarismo. A nota dos generais serviu como um alerta, um sinal de que a febre da ditadura pode voltar. Se queremos, e pessamos que a maioria dos brasileiros quer, a plena vigência do sistema democrático no Brasil, não podemos nos deixar intimidar pelos arroubos de autoritarismo dos militares. Precisamos, isso sim, trabalhar pelo fortalecimento das instituições, exigindo que funcionem cada vez mais em consonância com os princípios da civilização, de acordo com as leis e as normas estabelecidas.

É de se estranhar que o presidente Fernando Collor, o primeiro dirigente nacional eleito pelo voto direto dos brasileiros após sucessivos anos de ditadura, tenha se manifestado favoravelmente ao documento emitido pelos militares, considerando-o "conveniente" e aprovando sua divulgação, numa clara estratégia de acuar o Congresso e transformá-lo em bode expiatório da trapalhada em que se transformou a política salarial e não apenas a rejeição da medida provisória.

A ninguém, exceto nos casos de notória ignorância, é dado desconhecer que os baixos salários do funcionalismo, seja ele civil ou militar, e de todo o conjunto de trabalhadores do país resultam da política econômica adotada pelo Governo Collor. A precária contenção dos índices inflacionários, isso a maioria também sabe, decorre de brutal recessão, que já custou o emprego de milhões de operários e fragilizou centenas de empresas.

Se há um segmento que não tem a menor condição de dar uma de bonzinho e se eximir de culpa pela queda assustadora do poder de compra dos salários, esse, sem polêmica, é o governo. Não cabe pretender responsabilizar o Congresso pela irritação propagada nos meios militares, mesmo porque um Executivo que se preze não deve incentivar manifestações de agressão a um poder constituído, sob pena de minar as suas próprias bases. Quem incentiva a briga, muito em breve pode ser vítima dela.

Que os militares, como de resto quase todos os outros agentes sociais, estão sendo mal remunerados não há qualquer dúvida e disso dão mostras as tabelas de vencimentos divulgadas pela imprensa. Que as viúvas e outros dependentes de militares que recebem pensões e aposentadorias da Previdência sobrevivem com muitas dificuldades também é fato incontesto. Tudo isso deve ser corrigido, e não sem demora. A correção, porém, deve vir não porque sejam militares os beneficiários, mas porque as diversas categorias de trabalhadores, e não apenas os militares, a ela têm direito.

Os representantes do governo, os representantes do parlamento, Judiciário e os órgãos representativos da sociedade civil organizada devem repelir qualquer injunção militar na sequência do jogo democrático. Já basta de demonstrações de barbárie. Aos militares o que é dos militares: os cuidados com a segurança nacional. Para o cumprimento fiel de sua missão, o pagamento justo, devido também ao restante dos trabalhadores. Fora disso, é estimular o golpe, "o mando eu e está acabado".

Universidade

São notórias as dificuldades do ensino superior no Brasil. A falência do Estado, a recessão econômica e a necessidade de reencontro dos caminhos do desenvolvimento fazem da universidade um tema permanente nos debates e um alvo ocasional de medidas governamentais, as quais geralmente agravam a sua situação. Sobre o ensino superior paranaense, em linhas gerais, desce o mesmo crepúsculo experimentado pela educação no resto do país, ainda que as peculiaridades daqui exponham algumas fraturas e intensifiquem os confrontos.

Para entender esta crise exige-se abandonar algumas ilusões e sublinhar a dimensão de poder que alimenta esta conjuntura. É preciso reconhecer, por exemplo, que as universidades não foram criadas com o nobre objetivo de atender às necessidades da comunidade e viabilizar projetos de desenvolvimento econômico e cultural. Foram principalmente os interesses políticos que comandaram a emergência e a organização das instituições de ensino superior. Isto explica, em boa parte, a progressiva deteriorização desses centros de saber, sua contínua inviabilização para a produção de pesquisas e sua debilidade patogênica no atendimento das demandas da comunidade.

Nenhuma das nossas universidades teve seus alicerces erguidos sobre dados precisos que informassem os custos e os benefícios da sua implantação e a integrassem num projeto maior de conhecimento e desenvolvimento da sociedade. Construíram-se universidades não pelo apreço à educação, mas porque representavam ganhos eleitorais inestimáveis para os futuros governadores. Verificaram-se tais procedimentos não só nos períodos negros da ditadura militar. Recentemente, o então governador Alvaro Dias fundou o Unioeste, ao mesmo tempo em que proferia um discurso sobre a inviabilidade de atendimento das carências básicas das universidades estaduais já existentes.

A história das univeridades paranaenses demonstra que muito cedo os profisionais dessas instituições, os estudantes e a própia comunidade empenharam-se para conquistar a autonomia de pesquisa e de ensino em relação aos interesses dos ocupantes do Palácio Iguaçu. Assim, o concurso público para ingresso na carreira docente representou uma vitória contra os desejos do executivo de transformar as universidades em reserva de emprego para seus parceiros políticos; a eleição direta dos reitores pela comunidade universitária foi um golpe nas pretensões autoritárias de alguns governadores; e a permanência do ensino público e gratuito significa a resistência à elitização do ensino superior.

Mas a cada derrota sofrida o poder político tenta novamente impor os seus interesses, e hoje ele mal consegue disfarçar-se. Prova disto são as campanhas difamatórias orquestradas contra as universidades e seus profissionais. Não se discute um projeto de educação que integre 1º, 2º e 3º graus, mais ensino particular, num plano de recuperação da sociedade; apenas se contrapõe o ensino primário ao ensino superior, criando a idéia falaciosa de que um exclui o outro. Não se pensa em alternativas para melhorar o controle, já existente, da comunidade sobre a universidade. Não há interesse em questionar a aplicação dos poucos recursos destinados às universidades, mas, simplesmente, o objetivo de justificar a redução desses recursos. Enfim, não se propõe uma avaliação séria da produção científica na universidade a partir de critérios acadêmicos. Tudo isto porque a preocupação presente na manobra chamada "autarquização das fundações" é muito menor e muito maior. Ela tenta responder à questão: "Como concentrar todo poder institucional nas mãos do chefe supremo"?

Nelson Rosário de Souza, sociólogo

Novo "título"

Dificilmente uma informação poderia mostrar com tanta perfeição a fragilidade da cidadania. Estudo do Ministério da Saúde, divulgado nesta semana, mostra que somos o campeão mundial de cesarianas. Fosse um país mais atento com seus habitantes, o estudo provocaria um clima de comoção.

Motivo de o Brasil ser "campeão": segundo avaliação dos técnicos da Saúde, médicos ganham mais quando submetem a mulher à cesariana e, depois, cobram do Inamps. Detalhe: a cirurgia aumenta várias vezes, conforme estatísticas oficiais, o risco de vida do que o parto normal. Nos países desenvolvidos, a cesariana é uma exceção à regra.

Pode parecer estranho ao leitor que esta coluna política aborde questões como parto. Ocorre que o descalabro médico serve como sinal inequívoco da fragilidade política do país. O atraso brasileiro deve-se, em boa parte, à falta do exercício da cidadania: a maioria das pessoas é desinformada e não está acostumada a reclamar seus direitos com a devida ira cívica.

Pela falta dessa ira cívica, um país fértil, com sol, água, tecnologia, é o cenário de multidões de desnutridos. O Brasil produz famintos não porque tenha faltado dinheiro para o investimento agrícola — mas porque as autoridades não são devidamente cobradas e punidas. A acomodação é um dos traços mais marcantes do comportamento subdesenvolvido.

O mal não está restrito ao poder público. Mas é extensivo a toda sociedade, onde cada um se sente o supra-sumo da esperteza. O brasileiro não se sente protegido — nem pela polícia, nem pelo Judiciário. E a função do Estado de Direito democrático é passar pelo menos a sensação de que todos têm direitos e deveres — fora disso, não funciona e cai na desmoralização.

Difícil imaginar que, num país com democracia sólida e cidadania plena, seja produzida uma estatística em que médicos, cuja missão é curar, aparecem como um perigo à saúde pública. Mas não é difícil imaginar a qualidade dos políticos que, nesse ambiente, sairá das urnas. Aliás, costumava-se dizer na Grécia antiga que se deve escolher um político como se escolhe um médico.

Gilberto Dimenstein, jornalista

Carta do Leitor

AGRADECIMENTO

O CTG Pago Santo de Campo Largo agradece à população campo-larguense, às lojas patrocinadoras, à Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo, na pessoa do professor Barros, e, em especial, ao patrão do CTG São Luiz do Purunã, Sr. Ivo Garret, pelo apoio à I Festa Junina Tradicionalista de Campo Largo. Contamos com a presença de um dos maiores grupos folclóricos do Estado do Paraná, a "Invernada Artística" do CTG Querência do Sul. Todos deram uma mostra de tradicionalismo e, acima de tudo, amor pela cultura gaúcha.

Osni B. C. de Lara, do CTG Pago Santo, responsável pela Invernada Artística.

Alça de Mira

Habitação

O deputado federal Antônio Brito (PMDB/RS), autor da Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, que reformulou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), denuncia que os deputados do Nordeste e a direção da Caixa Econômica Federal estão pretendendo revisar os critérios técnicos para a distribuição de recursos para habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana resultantes do FGTS. Essa revisão, destaca Antônio Brito, visa reduzir a participação das regiões Sul e Sudeste nas obras de habitação e de saneamento e, em contrapartida, uma aplicação de verbas para o Norte e Nordeste. Lembra o parlamentar gaúcho que esses recursos pertencem aos trabalhadores — o governo apenas os administra — e que, na verdade, são os únicos recursos hoje existentes para habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, não se justificando privilégios. A bancada federal gaúcha e o governador Alceu Collares já empestaram total solidariedade ao movimento de Antônio Brito contra essa pretensão das bancadas nordestinas. Não seria o caso de os deputados paranaenses se engajarem nessa luta? Afinal, se os critérios de distribuição dos recursos do FGTS forem modificados como querem os do Nordeste e a CEF, haverá menos verba do Fundo para os Estados do Sul investirem em habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.

Dentistas

A Associação Brasileira de Odontologia — Secção Paraná (ABO-PR) enviou-nos correspondência pedindo apoio à campanha nacional da categoria contra a "violência e discriminação" praticadas em Portugal contra os cirurgiões-dentistas formados no Brasil e radicados naquele país. O professor Sérgio Herrero Moraes, presidente da ABO paranaense, ameaça até com pedido judicial de denúncia do acordo cultural brasileiro-português. Ele acha que de fato existem problemas a serem solucionados, entre os quais o de brasileiros que não são dentistas envolvidos com a exploração empresarial de clínicas. "Isso tem que ser investigado, mas aqueles profissionais devidamente formados pelas universidades brasileiras merecem o reconhecimento", afirma Herrero.

Dentistas 2

Se a ação dos parlamentares no Congresso Nacional e do próprio governo brasileiro não se fizer eficiente, o professor Herrero disse que espera um posicionamento de toda a classe odontológica por ocasião do Congresso Internacional da categoria que será realizado em Curitiba de 4 a 7 de setembro. Essa questão da discriminação a dentistas brasileiros em Portugal será tratada também durante o Congresso Nacional de Odontologia que ocorrerá no Rio de Janeiro, a partir desse sábado (13).

Dentistas 3

Para o professor Sérgio Herrero Moraes, esses "maus tratos" a cirurgiões-dentistas brasileiros em Portugal não estão de acordo com a atenção dada a portugueses no Brasil. "Aqui têm toda a liberdade e podem exercer quaisquer atividades como se brasileiros fossem", observa. Como parte da estratégia em busca de solução para essas dificuldades, o presidente da ABO-PR está procurando reflexos desta denúncia junto aos parlamentares paranaenses no Congresso. Acha possível ainda o caminho diplomático, a fim de que Portugal proceda um "urgente reconhecimento das universidades brasileiras" mediante regulamentação das leis internas do país.

Diferença

Do escritor Jorge Amado, comentando sobre o seu tempo de deputado constituinte de 1946, eleito pelo Partido Comunista Brasileiro: "Naquele tempo, nós ganhávamos nove mil cruzeiros — seis mil de ordenado e cem cruzeiros por sessão. Se você não ia descontavam. E eu pagava casa, comida, tudo, tudo. Não tinha mordomia de espécie alguma". Quase meio século depois, dá para verificar que os hábitos no Congresso mudaram, sim, mas para pior. Hoje, um parlamentar desfruta de toda a mordomia possível, e é justo que assim seja, mas desde que existia a contrapartida do trabalho e do comparecimento às sessões, para desobstruir a pauta de votações e aprovar projetos de importância para o país. É o mínimo, não?

Estagflação

O articulista político Paulo Francis, correspondente da Rede Globo nos Estados Unidos, informa ter passado vistas no relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o Brasil. Segundo Francis, o relatório conclui que nenhuma política do governo funciona" e que, a partir de setembro, quando começar a devolução dos cruzados confiscados ao público, o caldo tende a entornar, ou seja, a haver um agravamento da estagflação" (trágica mistura de estgnação econômica com altas taxas de inflação).

Desconfiança

O economista João Sayad, ministro do Planejamento no Governo Sarney, diz que o Brasil não consegue crescer porque os brasileiros não confiam uns nos outros e nem na estabilidade das suas leis. "Não confiam nos acordos e contratos que fazem entre si. Falta confiança em um ativo financeiro nacional". De acordo com Sayad, só há uma saída enquanto não se restabelece a confiança: usar mais frequentemente uma moeda internacional, como o dólar.

Pena de morte

Os Estados Unidos não apenas são a única democracia avançada que executa criminosos, como também são o único país no mundo que tem uma grotesca gama de técnicas de execução. Dos cinco métodos de execução — forca, fuzilamento, cadeira elétrica, câmara de gás e injeções fatais —, o mais antigo é a forca, que antes de 1900 era quase universal. Os cientistas concluíram, ao analisar recentemente esses métodos de execução, que não há nenhum limpo e indolor. A injeção letal, considerado o método sem dor, perdeu essa condição depois que se constatou falha do carrasco ao injetar a substância mortal: ele, ao invés de aplicar a injeção na veia, aplicou no músculo. O condenado à morte levou pelo menos 10 minutos para morrer.

Violência

Segundo estudo do Ministério da Saúde, a violência interpessoal e os acidentes são a terceira maior causa de mortes no Brasil, perdendo apenas para as doenças cardiovasculares (primeiro lugar) e o câncer (segundo lugar) no índice de mortalidade geral. O governo estima que cerca de 150 mil pessoas morram por ano vítimas de todos os tipos de acidentes e formas de violência. Um terço desse total se refere aos acidentes de trânsito. Os homicídios respondem por outros 25% e os casos de suicídio chegam a 5%.

Ligue para Folha 392-1331

EXPEDIENTE
FOLHA DE CAMPO LARGO

Diretor-presidente:
Germano de Oliveira

Editor:
Inacio Alfonsin Panzani

Diretora de Redação:
Luz Marina Leon Bordes

Comércio de Artes Gráficas
Idéias Novas Ltda
Rua Marechal Deodoro, 495
Galeria Virgínia, loja 107
Telefax: (041) 392-1331
Campo Largo - Paraná

Composição, past-up e fotolito
Comércio de Artes Gráficas
Idéias Novas Ltda

Impressão
Jornal Indústria e Comércio
Rua Comendador Araújo, 26
Telefone (041) 224-7011

Frases

"O Collor quer que os militares fechem o Congresso para que ele possa governar ditatorialmente". **(Comandante de reserva Fernando da Costa, vice-presidente da Associação das Indústrias de Material de Defesa).**

***

"Se gravíssima é a ação de uma pessoa que assalta e mata, não deixa de ser também gravíssima a atitude de tantos quantos, enlameados no mundo da corrupção e da fraude, amealham fortunas para apetites pessoais e para conquistar ou garantir o poder". **(José Carlos Dias, advogado criminal).**

***

"O Brasil não vai para frente porque há muita desonestidade". **(Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebipo de São Paulo).**

Concluída primeira etapa das obras de dragagem do Cambuí

Foi concluída no final de junho a primeira etapa da obra de dragagem do Rio Cambuí, no trecho compreendido entre a Colônia Balbino Cunha (Campina) até a empresa Lorenzetti. Falta agora terminar os serviços de reflorestamento das margens do rio, inclusive com plantio de mudas a partir de agosto. Com o término dessas obras beneficiaram-se os moradores da Colônia Campina e Botiatuva, principalmente aqueles que residem nas áreas ribeirinhas, que enfrentavam há décadas sérios problemas de alagamentos, que impediam até o acesso à sede do município.

Em temporadas de chuva, o rio transbordava, as pontes ficavam alagadas, as estradas intransitáveis e a população isolada. Agora, esse problema acabou. O rio teve seu leito dragado e retificado. Foram refeitas quatro pontes. O curso antigo do Cambuí, desde sua foz, no Rio Verde, até a Lorenzetti, era de aproximadamente 16 quilômetros. Com a retificação ficou reduzido a mais ou menos nove quilômetros. O canal ficou com 11 metros de largura nas margens e oito metros no leito, com profundidade de cerca de três metros. Além disso, foram recuperados nas margens perto de 480 hectares de várzeas, antes alagadiças, e que agora os proprietários poderão utilizar para pastagens e plantio irrigado de diversas culturas, como milho e feijão.

NOVO DESAFIO

O secretário municipal de Agricultura e Abastecimento, Lourival Netzel, considera que, mesmo após o término da dragagem do Rio Cambuí, o desafio da despoluição continua e é um problema de difícil solução. Todo o esgoto da cidade é lançado sem tratamento no Cambuí, além dos detritos industriais jogados pela Incepa. Em sua opinião, os gabiões colocados no leito do Cambuí, no trecho em que ele corta a cidade, já não comportam mais a demanda das águas, principalmente em dias de chuva.

Em função do maior número de ruas que estão sendo calçadas ou pavimentadas, a infiltração das águas pluviais é muito menor e o volume escoado para o rio aumenta muito, podendo inclusive causar problemas de enchentes. O problema só será resolvido de forma definitiva com a execução de custosas obras de infra-estrutura, tais como a da instalação de emissários para captação do esgoto e das águas pluviais.

Concurso de Desenho e Grafite

A Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo está promovendo o 3º Concurso de Desenho e Grafite, que premiará os três primeiros classificados com 50, 40 e 30 mil cruzeiros, respectivamente. Inscreveram-se cerca de 180 candidatos, dos quais foram selecionados 63 trabalhos vindos de vários municípios paranaenses. A Comissão Julgadora foi composta pelos artistas plásticos Guilmar Maria Vieira Silva (responsável pelo Setor de Pesquisa e Acervo do Museu Municipal de Arte da Fundação Cultural de Curitiba), Carmen Carini (professora da Faculdade de Artes do Paraná), Ingrid Schulz Ribas (artista plástica da Lapa), Irajá Hathy (artista plástico de Campina Grande do Sul) e pela campo-larguense Maria Lúcia Puppi (artista plástica e professora de Educação Artística).

Já foram selecionados 63 trabalhos de 180 candidatos.

Os 63 trabalhos classificados farão parte de exposição a ser inaugurada no Clube União Campolarguense, dia 18, às 20h30min. Nessa data, serão julgados e classificados os três melhores trabalhos, que receberão os prêmios em dinheiro, sendo que todos os classificados receberão certificados de participação.

O professor César Barros, responsável pela área cultural do município e que há três anos vem organizando os concursos de desenho, ressaltou o excelente nível dos trabalhos inscritos este ano. Ele informou também que nos dois primeiros anos o concurso foi vencido pelo artista campo-larguense Cláudio Portela.

MOSTRA

A artista plástica campo-larguense Lizete Szczepanski, atualmente residindo em Curitiba, fará exposição de seus trabalhos, dias 14, 18 e 21, no Museu de Arte do Paraná — nos jardins do Palácio São Francisco, à Rua Dr. Kellers, 289, Curitiba.

Lizete é artista plástica com atuação destacada no meio artístico paranaense e desenvolve há dez anos o Projeto Fruto da Terra, de pesquisa e registro de manifestação popular no litoral do Estado.

Proposta do TSE de mudar lei eleitoral recebe apoio

De acordo com o vice-procurador-geral Geraldo Brindeiro, representante do Ministério Público junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a legislação eleitoral no Brasil está necessitando de uma ampla e completa reformulação. É por pensar assim que Brindeiro participou ativamente da elaboração do anteprojeto de um novo Código Eleitoral pelo TSE, que deverá ser encaminhado ao Congresso tão logo se encerre o recesso parlamentar.

Pelo anteprojeto elaborado pelo TSE, partidos sem representação parlamentar não participariam da propaganda política gratuita no rádio e televisão. Isso significa que, se o novo Código for aprovado pelo Congresso antes de outubro, vigorando já nas eleições municipais de 1992, hoje apenas o PDT, PMDB, PRN, PL e PSDB, partidos com representação na Câmara Municipal de Campo Largo, teriam direito à propaganda política no ano que vem.

Outra questão importante que consta do anteprojeto é a possibilidade de candidatos registrados poderem apresentar ou participar de quaisquer programas em emissoras de rádio e TV. Geraldo Brindeiro julga necessário também estabelecer uma data-limite para divulgação de pesquisas eleitorais — uma semana ou dez dias antes da eleição —, minimizando a influência das pesquisas no resultado do pleito. E você, o que acha dessas propostas de mudanças na legislação eleitoral?

"Concordo que sejam realizadas mudanças no Código Eleitoral. Já estava mesmo na hora disto acontecer. Com relação à pesquisa, principalmente, sou contra a divulgação com muita antecedência, para evitar que o eleitor seja influenciado por ela". **(João Taner, relojoeiro).**

"É preciso que sejam feitas algumas mudanças na propaganda eleitoral. Ela deveria ter, unicamente, a finalidade de possibilitar ao eleitor o conhecimento das propostas dos candidatos, sem a ocorrência de agressões entre eles". **(Leandro J. Nogueira, auxiliar de escritório).**

"Com relação à propaganda eleitoral, acho que os partidos pequenos, com pouca representatividade, deveriam ter seu tempo reduzido. Já no que diz respeito às pesquisas e outros pontos, não vejo necessidade de alterações". **(João Antonio Scarpin, funcionário público).**

"Sou favorável a mudanças na divulgação das pesquisas eleitorais. Elas realmente não deveriam aparecer com tanta antecedência, pois o eleitor, na maioria das vezes, é influenciado por elas. Isto, sem dúvida, é prejudicial". **(Atílio Gionedis, comerciante).**

Uma das principais mudanças que deveriam ser feitas é com relação à propaganda eleitoral através do rádio e TV. Acho que ela deveria ser reduzida para cerca de 15 dias antes das eleições". **(Eloir Cristiano Priotto, inspetor de segurança).**

"Não sou favorável a essas mudanças no Código Eleitoral. Acho que deveria continuar como está. Não é preciso mexer em nada". **(Elias de Paula, motorista).**

PROMOÇÃO DO POSTO BASSANI

No dia 06/07/91 foi realizado o sorteio da Dunna Ninja. A ganhadora foi Margarete Bonato, com o ticket nº 11442.

CELLI
Materiais de Construção

A sua melhor opção em materiais de construção e acabamento em Campo Largo.

À vista: o melhor preço
À prazo : o menor juro

RODOVIA DO CAFÉ, KM 23, Nº 2946
FONES: 292-1874 e 292-1834

PEC PANORAMA
Eletro Comercial Ltda

Material elétrico, industrial, comercial, alta e baixa tensão.
Os melhores preços em:
Fios e cabos, luminárias, chaves e polias para motores, fusíveis diazed, NH e cartuchos, entradas de luz, comando industrial e antenas para TV.
Técnicos e instaladores à sua disposição.
Entrega Imediata.

RUA OSVALDO CRUZ, 1193
FONES: 292-2927 e 392-1983

Piotto

Materiais para construção madeiras e terraplenagem.

Compare nossos preços!
Cobrimos qualquer oferta.

Consulte nosso
Tele-Vendas: 292-1143
Nossa entrega é imediata!

RUA XV DE NOVEMBRO, 2891
CAMPO LARGO - PR

URSINHO PIMPÃO

ARTIGOS PERSONALIZADOS
Guardanapos e lenços de tecido e papel, pijamas, chinelos, caixas de bombom, agendas, etc.
PRESENTES EM GERAL:
Se você gosta de presentear com originalidade, venha nos visitar e conhecer nossa linha de presentes.
CURSO E PEÇAS DE MONTAGEM DE BIJOTERIAS

PROMOÇÃO
À partir de 20/06, na compra de peças de montagem de bijouterias acima de Cr$ 15.000,00, grátis curso de tiara e fivela em couro e antílope.
Novidade : Tiara musical.
Rua Santos Dumont, 537 - Fone: 292-1860
(Atrás da Cerâmica Bor Ar)

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - PR